

RUMO À CRISE: A INSERÇÃO DE PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA (1986 -2005)

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli¹

Luiz Eduardo Simões de Souza²

RESUMO

O presente artigo busca apresentar um quadro geral da economia portuguesa durante os vinte primeiros anos de inserção no Bloco Europeu (1986 – 2005), contemplando uma análise de seus indicadores ao longo do período. Para tanto, exploram-se variáveis macroeconômicas, partindo da perspectiva do Sistema de Contas Nacionais da ONU, e da análise dos diferentes setores econômicos. Assim, estuda-se o produto interno bruto, o consumo, a poupança, o investimento, as contas públicas, além da evolução do desempenho do comércio externo, com destaque para a pauta e os diversos parceiros das trocas externas portuguesas. Adicionalmente, são expostos alguns dados referentes aos indicadores sociais portugueses, inclusive com indicadores referentes às áreas da saúde e da segurança social.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal; Comunidade Econômica Europeia, Economia Internacional; História Econômica.

ÁREA INSCRITA: 4. ESTADOS E NAÇÕES FACE À NOVA CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO
4.3 - Os ESTADOS NACIONAIS NA NOVA CONFIGURAÇÃO DO CAPITALISMO
SESSÕES DE COMUNICAÇÕES

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora da FAPEC/FAT (Alagoas).

² Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

RUMO À CRISE: A INSERÇÃO DE PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA (1986 -2005)

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar um quadro geral da economia portuguesa durante os vinte primeiros anos de inserção no Bloco Europeu, contemplando uma análise de seus indicadores ao longo do período³. Para tanto, exploram-se variáveis macroeconômicas, partindo da perspectiva do Sistema de Contas Nacionais da ONU, e da análise dos diferentes setores econômicos. Assim, estuda-se o produto interno bruto, o consumo, a poupança, o investimento, as contas públicas, além da evolução do desempenho do comércio externo, com destaque para a pauta e os diversos parceiros das trocas externas portuguesas. Adicionalmente, são expostos alguns dados referentes aos indicadores sociais portugueses, inclusive com indicadores referentes às áreas da saúde e da segurança social.

A partir de 1995, Portugal passou a seguir a norma internacional das contas nacionais, e aderiu à nomenclatura de classificação de produtos, áreas econômicas e profissões determinada pela União Europeia. Adicionalmente, na medida do possível, buscou-se trabalhar com os dados na forma de porcentagem do PIB para permitir a comparação e análise comparativa mais acurada.

As décadas que antecederam a adesão portuguesa à Comunidade Econômica Europeia compreenderam uma das mais longas e severas ditaduras do século XX. Com Salazar à frente do país, o mesmo deveria permanecer um império colonial nos mesmos moldes do *Ancient Regime*, “orgulhosamente só” nas palavras de seu líder fascista, porém inserido num quadro em que as potências mundiais decidiam como a Divisão Internacional do Trabalho deveria se dar e o comportamento que os mercados deveriam seguir.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois blocos e Portugal se uniria aos países do ocidente, uma ditadura que pertencia ao grupo dos países que se diziam defensores da democracia. Salazar não tinha interesses econômicos na Europa e fortaleceu as elites internas com políticas de planejamento e investimento direcionado para a criação de monopólios e oligopólios nacionalistas nas mãos dessas mesmas elites que passaram a controlar todos os empreendimentos de vulto econômico na metrópole e nas colônias africanas e asiáticas. Foi a chamada época de ouro portuguesa com crescimento econômico dado sobre a exploração dos territórios ocupados e mantidos às custas de força policial e militar de extrema violência.

³ Destaca-se que os dados apresentados sofreram compatibilização frente à introdução do euro em Portugal, bem como devido à mudança de metodologia utilizada na elaboração das contas nacionais.

No final da década de 1960, com a deterioração da saúde e saída de cena do ditador Salazar, Marcello Caetano assumiu o governo com novos interesses econômicos e posicionamentos políticos. Contrariando as elites, Caetano defendia a integração com a Europa, porém sua insistência na manutenção das colônias iria se revelar fatal para o regime. Se, por um lado, Portugal abria mão da defesa dos monopólios e oligopólios nacionalistas contrariando os poderosos das “sete famílias” em busca de uma aproximação com os mercados e potências europeias, por outro lado esgotava os recursos do país numa guerra em defesa das colônias, contrariando os militares que, a seu ver, não estavam se esforçando o suficiente para derrotar os insurgentes, numa tentativa de comprar tempo para um suposto processo de “transição” para autoridades locais a serem “criadas” nas colônias.

No início de 1974, Caetano enfrentava o descontentamento da Igreja Católica, das Força Armadas, dos intelectuais, das elites nacionais que condenavam a abertura comercial e a aproximação com a Europa, e dos exilados do regime salazarista. Adicionalmente, o mundo enfrentava os efeitos do choque do petróleo do início da década, aumentando ainda mais os níveis de insatisfação no país.

Em abril de 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos, com amplo apoio popular e a ditadura seria encerrada. Nos dois anos seguintes, os rumos e estruturas portuguesas foram alteradas numa tentativa de instaurar uma economia planificada, de inspiração socialista. Bancos e indústrias foram estatizadas, cooperativas de produção, formadas. As antigas colônias foram abandonadas e as independências foram feitas. Um amplo processo de reforma agrária ocorreu no país. Elementos das elites foram presos, juntamente com antigos funcionários da polícia política.

No entanto, a tentativa de implantação de um regime econômico socialista não foi adiante e a opção pela adesão à CEE levou ao desmonte da estrutura criada pela Revolução. As nacionalizações se transformaram em privatizações, a economia se liberalizou e os mercados foram abertos. O protecionismo e nacionalismo fascista da ditadura haviam terminado. As tentativas de socialização dos meios de produção também foram postas de lado. A partir de meados dos anos 1980, a entrada no Mercado Comum Europeu e posteriormente na União Europeia tomaram o lugar de políticas econômicas de caráter mais próximo ao perfil da economia portuguesa ou mesmo à autonomia nacional.

Em dez anos, o país alterou sua estrutura fiscal, passou a integrar o Sistema Econômico Europeu, abriu mão de parte de sua autonomia anterior em termos de políticas cambiais, fiscais e orçamentárias. Leis foram alteradas, tributos extintos e substituídos por outros novos. Subsídios que permitiam vantagens comerciais foram eliminados e os

programas de saúde e educação foram revistos. Todas medidas tomadas visando atender as exigências e recomendações do Tratado de Adesão. Portugal conseguiu, ao longo do período, obter largas somas de ajuda financeira vinda dos Fundos de Coesão da CEE, bem como obteve uma folga com a venda de suas empresas estatais. Empresas estrangeiras se fundiram com nacionais ou as adquiriram. A inflação foi controlada, o escudo se adaptou às normas monetárias da CEE e permitiu que Portugal pudesse, em alguns anos, vir a fazer parte da União Monetária com sua moeda única, o Euro.

2 EVOLUÇÃO DO PRODUTO

Na análise da evolução do produto português, destaca-se um comportamento cíclico decenal da economia portuguesa. A comparação do crescimento do PIB real do país com a média dos 15 países da União Europeia apresentou um coeficiente de correlação ligeiramente próximo de uma relação linear entre ambos ($C = 74,5\%$).

No caso português, observa-se uma mudança estrutural importante na evolução do produto real: até 2000, a economia portuguesa cresce pouco acima do índice UE-15. Após este ano, o produto português passou a crescer abaixo do índice UE-15, conforme se pode ver no Gráfico 1, mostrando uma perda de capacidade da mesma.

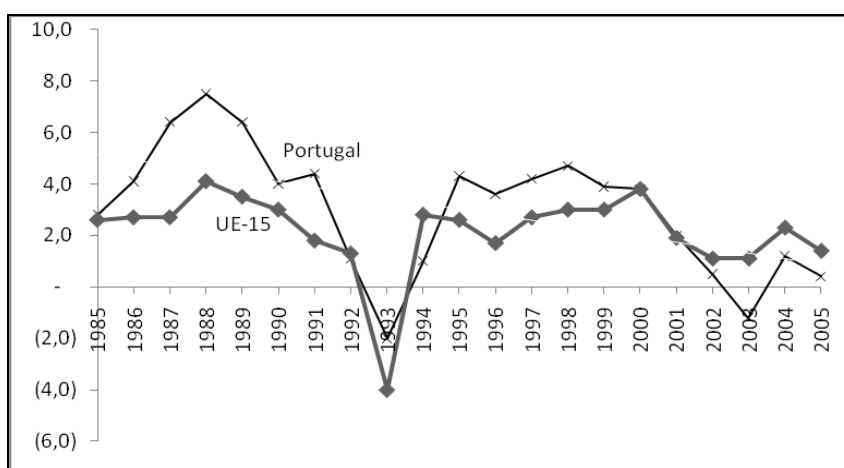


GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO REAL DO PIB EM PORTUGAL DE 1985 A 2005, EM PORCENTAGEM(*).

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponíveis em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009. (*) cálculo efetuado pelos autores.

Outra mudança estrutural importante ocorrida na economia portuguesa pode ser observada na Tabela 1 que analisa a composição setorial do PIB nos 20 anos de participação portuguesa no bloco europeu. Constata-se que o grupo das atividades ligadas à agricultura,

pecuária, caça e pesca (Grupo 1) apresentou uma queda de quase 16% na participação do PIB. A indústria de transformação e energia (Grupo 2) sofreu uma diminuição de 47% na sua importância na geração do produto ao longo da série. Em contrapartida, o setor da construção (Grupo 3) apresentou um crescimento de mais de 27% de participação na formação do produto, um dado que se explica pelo investimento em infraestrutura de base efetuado numa primeira fase nos anos após a adesão e, em seguida, pelo aumento da demanda por casas e apartamentos no país, seja para os portugueses, seja para os europeus que passaram a adquirir imóveis em Portugal com o intuito de investir ou para uso nas férias.

Em contrapartida, as atividades de comércio e conserto de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico (Grupo 4) apresentaram um decréscimo de 12% em sua participação na economia. Por fim, as atividades ligadas ao setor de serviços financeiros, imobiliários, e serviços prestados às empresas (Grupo 5) aumentaram em mais de 260% a sua parcela de participação na geração do PIB português mostrando claramente a mudança do peso dos setores primário e secundário para o setor terciário em geral, e financeiro em particular.

TABELA 1: COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB EM PORTUGAL DE 1986 A 2005.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
.Ano	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6
1986	8,22	34,09	5,39	28,26	5,8	18,24
1987	8,54	32,88	5,79	27,89	6,34	18,56
1988	6,69	33,83	6,03	27,71	6,15	19,59
1989	7,15	33,06	5,69	27,04	6,31	20,75
1990	7,33	31,67	5,70	27,07	6,43	21,8
1991	6,11	30,78	5,61	27,79	5,98	23,73
1992	5,21	29,83	5,71	27,51	6,01	25,73
1993	4,50	29,72	5,70	26,92	6,54	26,62
1994	4,77	28,58	6,36	23,78	10,51	26,00
1995	4,71	28,16	6,71	23,83	10,26	26,33
1996	5,54	22,4	6,47	23,86	19,27	22,46
1997	4,64	22,04	7,04	24,15	19,67	22,46
1998	4,30	21,55	7,29	24,14	20,00	22,72
1999	3,99	21,08	7,31	23,96	20,52	23,14
2000	3,78	19,97	7,60	24,08	20,59	23,98
2001	3,60	19,52	7,75	24,46	20,49	24,18
2002	3,32	19,19	7,60	24,45	20,46	24,98
2003	3,25	18,77	7,06	24,25	21,05	25,62
2004	3,17	18,32	7,07	24,58	20,95	25,91
2005	2,79	17,98	6,88	24,75	20,96	26,64

Observação: Grupo 1: Agricultura, pecuária, caça e pesca, Grupo 2: Indústria e energia, Grupo 3: Construção, Grupo 4: Comércio e reparação de veículos e de bens de uso pessoal e doméstico, Grupo 5: Atividades financeiras, imobiliárias, de aluguel e serviços prestados às empresas, Grupo 6: Outros serviços.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, 2008, Anuário Estatístico de Portugal 2007, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores..

Assim, a principal transformação observada na composição e dinâmica do produto da economia portuguesa, qual seja a redução da importância dos setores primários, foi responsável pelo atraso no ritmo de crescimento da economia do país a um nível inferior à média da CEE.

3 AGREGADOS MACROECONÔMICOS: CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO

O estudo dos dados relativos ao consumo, conforme se observa na Tabela 2, permite destacar que o Estado apresentou um aumento no seu nível de consumo correspondente a 6 pontos percentuais do PIB nos vinte anos analisados. Em contrapartida, o consumo privado se elevou apenas em 2 pontos percentuais.

A elevação do nível de consumo deu-se em função predominantemente do aumento da disponibilidade de importações para o comércio exterior português, deste modo, o estímulo à demanda efetiva que o consumo representa, não encontrou reflexo na produção, fosse através de investimentos na formação de capital, ou mesmo do desenvolvimento de novos setores. Daí a redução nos setores primários e o inchaço no setor de serviços constatado no item 1.

TABELA 2: CONSUMO PÚBLICO E PRIVADO PORTUGUÊS DE 1985 A 2005, EM PORCENTAGEM DO PIB(*)

(1)	(2)	(3)
Ano	Consumo Público	Consumo Privado
1985	14,02%	62,04%
1986	14,14%	61,83%
1987	13,97%	61,57%
1988	14,32%	62,88%
1989	14,90%	61,59%
1990	15,19%	61,66%
1991	16,91%	64,72%
1992	16,90%	64,68%
1993	17,66%	67,02%
1994	17,34%	66,20%
1995	17,40%	65,32%
1996	17,60%	65,34%
1997	17,57%	64,31%
1998	17,67%	63,43%
1999	17,91%	63,66%
2000	18,76%	63,76%
2001	19,21%	63,27%
2002	19,44%	63,07%

2003	19,77%	63,49%
2004	20,05%	64,23%
2005	20,87%	64,95%

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 18/04/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores.

A poupança portuguesa diminuiu mais de 50% durante todo o período analisado. Desta forma, enquanto a poupança das famílias sofreu a maior queda (70%), reduzindo-se de 21,08% do PIB em 1985 para 6,21% em 2005, e a poupança das empresas encolheu mais de 24% no mesmo período, conforme se pode observar na Tabela 3.

TABELA 3: POUPANÇA PORTUGUESA, ANOS SELECIONADOS, EM PORCENTAGEM DO PIB(*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	1985	1990	1995	2000	2005
Empresas	11,98	15,45	11,51	8,80	9,08
Setor público	-6,07	-1,43	-1,48	0,57	-3,11
Famílias	21,18	16,18	9,90	6,54	6,21
TOTAL	27,09	30,20	19,93	15,91	12,18

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço <http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB>, acesso em 25/11/2010.

Ao se analisar a poupança total e seus componentes, nota-se primeiramente um decréscimo da participação da poupança privada (famílias mais empresas) como um todo, indo de pouco mais de 33% do PIB em 1985, para pouco mais de 16% em 2005. Há uma queda continua na participação da poupança familiar no PIB, queda esta mais acentuada do que a da poupança das empresas, assim, ao que parece, o esforço fiscal do governo português valeu de muito pouco ou quase nada, para o crescimento econômico do país. Tal esforço reduziu seu déficit primário de 6% do PIB em 1985, para 3% em 2005.

TABELA 4: INVESTIMENTO PORTUGUÊS DE 1986 A 2005, EM PORCENTAGEM DO PIB(*)

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	FBCB - Total	FBCF - Máquinas e aparelhos	FBCF - Material de transporte	FBCF - Construção	FBCF - Outros
1986	25,63%	6,24%	2,72%	15,38%	1,29%
1987	27,96%	7,40%	3,46%	15,79%	1,31%
1988	29,79%	8,09%	3,58%	16,64%	1,49%
1989	29,07%	7,62%	3,23%	16,82%	1,41%
1990	27,68%	7,58%	2,97%	15,76%	1,36%
1991	26,62%	7,18%	2,74%	15,39%	1,31%
1992	26,89%	6,28%	2,78%	16,56%	1,26%
1993	24,12%	5,84%	2,27%	14,89%	1,11%
1994	23,24%	5,03%	2,48%	14,57%	1,15%
1995	23,09%	5,01%	2,21%	14,79%	1,08%
1996	23,64%	5,27%	2,38%	14,93%	1,06%
1997	25,81%	5,67%	2,86%	16,17%	1,11%
1998	27,12%	6,16%	3,19%	16,56%	1,20%

1999	27,32%	6,17%	3,22%	16,63%	1,29%
2000	27,75%	6,43%	3,22%	16,80%	1,29%
2001	27,04%	6,20%	2,72%	16,82%	1,29%
2002	25,67%	5,51%	2,37%	16,35%	1,44%
2003	23,67%	5,08%	2,10%	15,06%	1,44%
2004	23,32%	5,17%	1,99%	14,72%	1,45%
2005	23,04%	5,09%	2,01%	14,54%	1,40%

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 25/10/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores.

A respeito do investimento, a Tabela 4 apresenta os dados relativos à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em suas diversas componentes no período. Pode-se observar que entre 1986 e 2005, Portugal teve queda no seu investimento total da ordem de quase 10%. A componente que sofreu maior queda foi a de material de transporte e de máquinas e aparelhos, mostrando uma diminuição da importância dada ao aumento da capacidade produtiva do país. Mais uma vez, os dados da composição setorial do produto, da Tabela 1 corroboram tal informação na medida em que os setores primário e secundário diminuíram acentuadamente sua participação na geração do produto português.

A evolução da relação investimento/poupança da economia portuguesa mostra o refreamento da mesma: de 0,95 em 1985, passou a 1,16 em 1995, e atingiu 1,89 unidade de investimento para unidade obtida de poupança, em 2005. Isto quer dizer que, quantidades cada vez maiores de investimento se tornaram necessárias para atender às necessidades acumulativas do país.

A relação estatística entre FBCF e PIB atinge, em correlação linear simples, um coeficiente de 77,38%, o que mostra significativa proximidade entre as variáveis, no período 1986 - 2005. Para uma análise mais próxima das variáveis, montou-se a seguinte equação (I):

(I) $Y = aX_1$, em que:

Y = Produto Interno Bruto português, 1986 – 2005, variação % anual;

X_1 = Formação Bruta de capital fixo português, 1986 – 2005, variação % anual;

$a = 0,8485452$ (valor $P = 1,23E-08$)

R-Quadrado = 0,80932

F-estatístico = 84,88933 (f de significação = 1,93608E-08)

$N = 20$ observações

Os resultados da equação (I) sugerem que o crescimento do produto interno bruto português teve elevada dependência do nível de investimentos de sua economia, para o

período referido. Os resultados do produto, então, refletem em boa parte a estratégia (ou ausência de estratégia) de investimentos da economia portuguesa.

Para se calcular uma relação mais refinada do Investimento com o Produto – uma função-investimento – elaborou-se a seguinte equação (II) por meio de regressão linear:

(II) $Y = aX_1 + bX_2$, em que

Y = Formação Bruta de capital fixo português, 1986 – 2005, variação % anual;

X_1 = Produto Interno Bruto português, 1986 – 2005, variação % anual;

X_2 = Taxa básica anual de juros (títulos da dívida pública), 1986 – 2005, variação % da remuneração anual.

$a = 0,314096$ (valor $P = 3,79E-05$)

$b = 0,007838$ (valor $P = 3,44E-09$)

R-Quadrado = 0,91627

F-estatístico = 328,183 (f de significação = 2,62E-14)

$N = 20$ observações

A equação (II) mostra uma dependência acentuada dos investimentos pelo crescimento do produto e pela remuneração do capital usurário, para o período referido. A política de investimentos supracitada, assim, teria muito mais um caráter “reativo” do que “pró-ativo” na economia do país, o que se coaduna com o fato de que o volume total disponibilizado de investimentos com a criação da Comunidade Econômica Europeia era, de fato, maior do que a escala da economia portuguesa. A Portugal caberia, então, direccionar-se pela trajetória que os investimentos externos quisessem adotar em sua economia, quando e se de passagem.

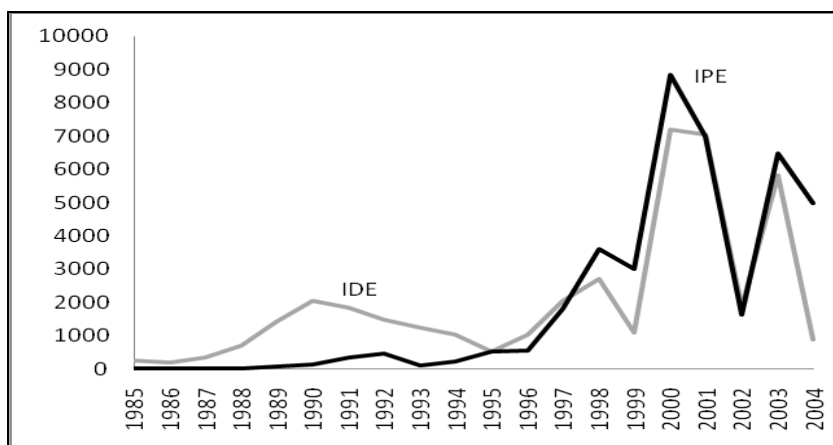


GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE) E DO INVESTIMENTO PORTUGUÊS NO EXTERIOR (IPE) DE 1985 A 2004, EM MILHARES DE EUROS.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço <http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB>, acesso em 25/11/2010.

O Investimento Direto Estrangeiro em Portugal (IDE) e o Investimento direto de Portugal no Exterior (IPE) podem ser avaliados no Gráfico 2 onde se observa que no primeiro decênio da adesão portuguesa à UE, o investimento estrangeiro no país superou o investimento português no exterior. A partir daí, as duas variáveis passam a caminhar juntas e terminam em queda no ano de 2005 mostrando uma perda de interesse do investimento externo no país. Adicionalmente, as empresas portuguesas estabelecidas fora do país diminuíram seu ritmo de investimento nas filiais no período.

O Gráfico 3 apresenta a evolução dos fluxos financeiros entre Portugal e a União Europeia e destaca-se o aumento do volume dos repasses da União Europeia para Portugal ao longo de todo o período, comprovando a dependência crescente do país em relação ao capital europeu. Já as remessas portuguesas para a União Europeia foram crescentes, porém num ritmo mais lento como se pode observar pelas linhas de tendência adicionadas ao gráfico.

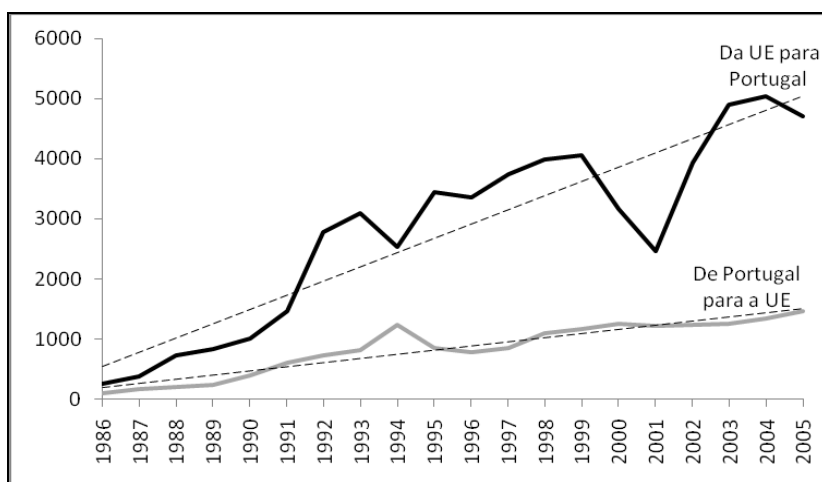


GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DOS FLUXOS FINANCEIROS ENTRE UE E PORTUGAL, DE 1986 A 2005, EM MILHARES DE EUROS.

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço <http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB>, acesso em 25/11/2010.

No primeiro decênio da adesão, os fluxos vindos da União Europeia tinham como destino as obras de reforma e construção da infraestrutura em Portugal e, em média atingiam um volume anual de 1.650 milhares de euros. A partir do segundo decênio, os repasses passaram a um volume de 3.930 milhares de euros com o consequente aumento do endividamento português.

4 SETOR EXTERNO

Uma análise do comércio externo português ao longo dos vinte anos de participação no bloco econômico europeu pode ser observada na Tabela 5 que mostra uma diminuição de quase 9% nas exportações portuguesas e um aumento de quase 12% nas importações. O resultado imediato é um aumento de cerca de 280% no déficit da Balança Comercial ao longo do período. Já o Saldo do Balanço de Pagamentos teve um aumento no seu déficit de mais de 380%.

TABELA 5: EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO PORTUGUÊS, ANOS SELECIONADOS.

(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
		1985	1990	1995	2000	2005
Exportações	10 ⁶ euros	10.676,	18.560,9	24.997,7	36.445,4	41.727,4
	% do PIB	31,4	31,3	28,7	29,8	28,6
Importações	10 ⁶ euros	11.492,	22.237,5	30.223,7	49.776,1	55.150,2
	% do PIB	33,8	37,5	34,7	40,7	37,8
Saldo da Balança Comercial	% do PIB	-2,4	-6,2	-6,0	-10,9	-9,2
Saldo do Balanço de Pagamentos	% do PIB	-1,9	-0,25	-0,1	-10,2	-9,3

Fonte: Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 25/10/2010.

Como afirmado anteriormente, o desmonte da estrutura produtiva do país e o acesso ilimitado aos produtos no mercado externo permitiram o aumento do consumo visto na Tabela 2, porém tiveram como resultado um cenário de aumento do desequilíbrio das contas externas do país que aumentou sua dependência do comércio externo, gerando um déficit comercial crescente em seu Balanço de Pagamentos.

Ao se analisar a pauta de importações e de exportações portuguesas descrita na Tabela 6, nota-se um aumento de mais de 100% nas importações de materiais de transporte, o que inclui automóveis de passeio, além de um aumento da importação de produtos acabados diversos na ordem de 60% e de máquinas, em torno de 40%. As categorias com queda de importações foram as de alimentos e produtos agrícolas, com 19%, vestuário, calçados e têxteis com uma queda de 17% e, por fim, a categoria com maior queda de importações foi a de produtos do setor de energia.

Ao longo dos 20 anos, as exportações apresentam queda de 22% para os produtos alimentares, 35% para energia, 31% para madeira, cortiça, papel e peles, e 55% para os têxteis, calçados e vestuário - um setor com produção tradicionalmente interna. Já os minérios

e metais, bem como os produtos químicos apresentaram crescimento nos volumes exportados o que comprova o papel de Portugal como fornecedor de matérias primas para os países industrializados do bloco (principal destino das exportações portuguesas como veremos adiante).

TABELA 6: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE PORTUGAL POR TIPO DE PRODUTO, ANOS SELECIONADOS.

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Importações	1985	1990	1995	2000	2005
Agro alimentares	15,22	11,8	13,99	11,55	12,3
Energético	25,93	10,76	8,15	10,26	11
Químicos	11,98	11,18	12,83	11,9	13,9
Madeira, cortiça, papel e peles	4,39	5,5	6,27	5,52	5,0
Têxteis, vestuário e calçados	8,96	10,75	10,65	8,59	7,4
Minérios e materiais	8,43	7,98	8,98	8,81	10,3
Máquinas	14,91	23,22	20,84	21,89	20,9
Material de Transportes	6,97	13,66	13,04	15,77	14
Produtos acabados diversos	3,22	5,14	5,26	5,71	5,2
Exportações	1985	1990	1995	2000	2005
Agro alimentares	9,73	7,3	7,46	7,04	7,6
Energético	4,45	3,51	3,19	2,55	2,9
Químicos	7,76	6,35	6,24	7,54	9,1
Madeira, cortiça, papel e peles	13,62	12,24	11,06	10,27	9,4
Têxteis, vestuário e calçados	12,42	8,77	7,71	7,5	5,6
Minérios e materiais	7,04	6,53	5,92	6,34	11,6
Máquinas	11,86	12,89	17,09	19,95	19
Material de Transportes	3,83	6,83	9,76	14,74	15,4
Produtos acabados diversos	5,93	6,43	7,41	6,41	5,2

Fonte: Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados INE, Portugal, disponível em <http://www.ine.pt>, acesso em 25/10/2010, Anuário Estatístico de Portugal de 2006.

Adicionalmente, observa-se um crescimento na exportação de máquinas da ordem de 60%, e dos materiais de transporte que apresentam um crescimento de mais de 300% nos vinte anos estudados. A explicação para tal crescimento está na instalação de montadoras de veículos e máquinas no país em busca das vantagens oferecidas, como mão de obra mais barata que seus parceiros europeus. A consequência foi o estabelecimento de algumas fábricas multinacionais em Portugal, como é o caso da montadora da Volkswagen (Autoeuropa) no centro do país.

As relações de comércio externo português se concentraram no bloco dos países UE-15 ao longo dos vinte anos e, se em 1985, 35% de suas importações vinham de tal bloco, em 2004, esse índice era de 77,39%.

A Espanha, que em 1985 representava a origem de 5,95% das importações portuguesas, em 2005, somava 29%. A Alemanha passou de 8,58% para 14,19% e a França, de 5,9% para 9,3%. A Grã-Bretanha, tradicional parceiro português de comércio externo, no entanto, viu diminuir sua participação e as importações portuguesas de origem britânica caíram de 5,49% em 1985 para 4,3% em 2004⁴.

Em relação às exportações portuguesas, em 1985, 36,27% do volume exportado destinava-se aos países que pertencem hoje à UE-15. Em 2005, esse volume representava 79,97% do total exportado pelo país.

A Espanha, que em 1985 era o destino de 2,22% dos produtos portugueses, passou a receber 25,50% das exportações portuguesas em 2005, seguida da Alemanha que de 7,26% em 1985, passou para 13,37% em 2005, e França, que dobrou sua participação passando 6,73% em 1985 para 13,81% em 2005⁵.

No entanto, destaca-se que a mudança nos destinos das exportações portuguesas não mudou significativamente o volume das mesmas, como se constata pela queda da participação das exportações no PIB, na Tabela 5.

5 GOVERNO E SETOR PÚBLICO

Aparentemente, as contas públicas portuguesas não apresentaram uma grande mudança ao longo dos 20 anos de adesão à CEE. A relação Dívida Pública/PIB se manteve inalterada no período, como se observa na tabela 7, porém, a manutenção desta estabilidade se deu através do aumento da carga tributária.

No período de 1986 a 2005, a receita pública total teve um crescimento de cerca de 72%, passando de 23,15% do PIB no início de 1986, para 41,65% do PIB em 2005. No ano de 2005, a arrecadação fiscal representou 31,6% do PIB sendo o restante do valor obtido de outras receitas do governo e repasses da União Europeia. De igual modo, as despesas apresentaram um crescimento de cerca de 35,5% ao longo do período analisado, iniciando a série com 35,75% do PIB e terminando a série representando 41,65% do produto português.

⁴ Conforme dados de ROMÃO, Antonio, *A economia portuguesa 20 anos após a adesão*, Coimbra: Almedina, 2006. Pp.109-110.

⁵ Idem, p.112.

TABELA 7: CONTAS DO GOVERNO PORTUGUÊS DE 1986 A 2005, EM PORCENTAGEM DO PIB(*)

Ano	Despesas Totais	Receitas Totais	Dívida Pública
1985	35,75	23,15	5,90
1986	35,26	24,27	6,00
1987	32,43	36,47	5,20
1988	32,13	25,04	3,30
1989	32,34	27,36	2,20
1990	33,82	27,83	4,60
1991	33,33	27,56	5,50
1992	35,72	31,14	2,70
1993	32,49	25,36	5,60
1994	32,88	26,93	5,60
1995	33,05	27,96	4,20
1996	44,10	28,54	3,80
1997	43,20	39,67	2,80
1998	42,80	39,40	2,40
1999	43,20	40,45	2,70
2000	43,20	40,24	2,70
2001	44,40	40,09	4,30
2002	44,30	41,37	4,20
2003	45,50	42,55	5,50
2004	46,50	43,13	5,30
2005	47,70	41,65	6,00
Variação 1986-2005 (*)	35,40	71,66	0,00

Fonte: Dados originais obtidos da Base de Dados do Banco de Portugal, no endereço [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(vro2yh45swq43mbzyii5nkqk\)\)/SeriesCronologicas.aspx#](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(vro2yh45swq43mbzyii5nkqk))/SeriesCronologicas.aspx#), acesso em 25/11/2010. (*) cálculo efetuado pelos autores.

6 EMPREGO E DESEMPREGO

A população economicamente ativa em Portugal apresentou um crescimento praticamente nulo nos vinte anos estudados, conforme se pode observar nos dados da Tabela 8. Os demais países da União Europeia apresentaram um crescimento de cerca de 3%.

TABELA 8: EMPREGO E DESEMPREGO EM PORTUGAL E UE-15, ANOS SELECIONADOS.

		1985	1990	1995	2000	2004
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
População ativa	Portugal - Taxa % (1)	73,3	71,3	68,9	71,4	73,0
	UE 15 - Taxa % (1)	66,7	68,2	67,2	69,2	70,6
Emprego	Portugal - Taxa % (2)	64,0	64,9	62,6	68,3	67,8
	UE 15 - Taxa % (2)	59,3	62,2	59,9	63,2	64,7

Desemprego	Portugal - Taxa %	9,2	6,8	7,2	3,9	6,7
	UE 15 - Taxa %	9,9	7,7	10,2	7,9	8,1

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009. (1) Porcentagem da população entre 15 e 64 anos. (2) Porcentagem calculada sobre a População Ativa, (3) Conforme registro de desemprego.

O emprego se elevou nos países da UE-15, e em Portugal a tendência de aumento também ocorreu, mas em menor ritmo. Já em relação ao desemprego, a queda observada em Portugal foi mais intensa do que na UE-15, principalmente no ano de 2000 quando atinge um mínimo para se elevar novamente. Os índices de emprego apresentaram um pequeno aumento ao longo da série, e o desemprego retrocedeu, acompanhando tendências presentes nos demais países do bloco europeu.

Destaca-se que enquanto no primeiro decênio da participação portuguesa no bloco econômico europeu se assistiu a uma expansão na abertura de novas empresas no país, na ordem de mais de 90%, o segundo decênio acusa um índice negativo de abertura de novas empresas com uma queda da ordem de 8% na taxa de abertura de novos empreendimentos. As taxas de falência também se elevaram neste segundo decênio, atingindo uma variação de 700% na comparação de 1996 com 2005, contra um crescimento de 50% das falências entre 1985 e 1995, nos 10 anos de participação portuguesa na UE.

7 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E INDICADORES SOCIAIS

Durante os primeiros vinte anos de participação portuguesa na União Europeia, o investimento público no setor da educação aumentou de 3,44% do PIB em 1986 para 4,95% do PIB em 2005, o que se mostra abaixo da média dos demais países integrantes do bloco. O ano de 2005 se iniciou com 5,7% da população na idade entre 15 e 64 anos, sem nenhum grau de instrução, 67,9% com o ensino básico completo (quatro anos de escolaridade), 25,60% dos portugueses com o ensino secundário (doze anos de escolaridade) e 10,80%, com ensino superior completo⁶.

As despesas públicas direcionadas à segurança social, entre 1985 e 2005, cresceram e o país gastava 7,7% do PIB nessa rubrica em 1990. Nesse mesmo ano, no entanto, a média dos demais participantes da UE era de 11,8% do PIB. Treze anos depois, Portugal atingiria esse patamar com 11,9% do seu PIB sendo direcionado para a área de segurança social. Nesse ano, os demais países do bloco estavam gastando 12,7% do PIB num processo de diminuição

⁶ Segundo dados disponíveis em ROMÃO, Antonio, *A economia portuguesa 20 anos após a adesão*, Coimbra: Almedina, 2006. p.63.

do ritmo da importância dada aos gastos públicos com pensões por invalidez, morte, subsídios aos desempregados e aos afastados temporariamente do emprego por doença, ou maternidade⁷.

TABELA 9: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DA SAÚDE EM PORTUGAL E UE-15, PARA CADA 100 MIL HABITANTES, ANOS SELECIONADOS.

		1985	1990	1995	2000	2004
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Leitos em Hospitais	Portugal	457,66	451,45	404,25	380,49	363,9
	UE 15	866,18	797,4	672,49	613,22	583,62
Hospitais	Portugal	2,32	2,4	1,99	2,14	1,95
	UE 15	4,17	4,11	3,96	3,40	3,23
Médicos	Portugal	243,62	280,63	292,64	317,0	328,79
	UE 15	269,91	303,78	321,06	349,73	360,59
Dentistas	Portugal	12,64	16,9	25,24	42,73	52,54
	UE 15	43,42	51,67	59,36	63,74	65,83
Enfermeiros	Portugal	246,49	276,98	334,47	366,49	418,62
	UE 15	581,20	602,73	639,11	695,48	725,41

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

Na área de saúde, a despesa pública subiu de 3,28% do PIB em 1985 para 6,69% em 2004, acompanhada de uma pequena elevação na despesa privada que mudou de 2,70% do PIB em 1985 para 2,91% em 2004. Pode-se observar a evolução de alguns indicadores relativos a esta área na Tabela 9, onde se destaca a melhoria de todos os itens exceto o número de camas hospitalares que sofreu uma queda no período. Observa-se também que essa queda acompanhou uma tendência presente nos demais países da UE-15. No entanto, apesar da melhoria observada ao longo do período, nos indicadores, os índices portugueses situam-se muito abaixo das médias da UE-15 mostrando um quadro de carência no setor da saúde do país⁸.

Na Tabela 10, pode-se observar a evolução do PIB per capita português e da média dos demais países da UE-15 e constata-se que o país se manteve por quase todo o período num patamar que corresponde a cerca de 50% do índice dos demais países do bloco. Assim, no ano de 1985, Portugal tinha um PIB per capita de 3.390 euros contra 10.940 euros do UE-15, um desempenho de quase um terço do indicador. No final da série, em 2005, o valor do PIB per capita português havia se elevado para 13.800 euros contra 26.340 euros do UE-15 atingindo uma relação de cerca de 50%. No entanto, vale destacar que ao se utilizar a paridade

⁷ Idem, p.78.

⁸ Idem, p.70.

de poder de compra, a situação do país melhora e a diferença em relação à média do PIB per capita dos demais países da União Europeia, cai para cerca de 50%. Isso pode ser explicado pelo menor custo de vida do país que chega a atrair aposentados de outros países. Estes, mediante os rendimentos de suas aposentadorias nos países de origem, podem ter um padrão de vida mais confortável em Portugal. A região sul é o destino preferido em função das temperaturas mais quentes nos invernos dos países do norte.

TABELA 10: EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPTA DE PORTUGAL E UE-15, EM MILHARES DE EUROS, ANOS SELECIONADOS.

		1985	1990	1995	2000	2005
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Portugal	10 ³ euros	3,39	5,96	8,69	11,96	13,80
	PPC (10 ³ euros) (*)	6,30	10,15	11,76	16,16	17,48
UE 15	10 ³ euros	10,94	15,33	17,97	22,98	26,34
	PPC (10 ³ euros) (*)	10,94	15,33	17,15	22,01	25,28

(*) Paridade do Poder de Compra.

Fonte: Base de dados da EUROSTAT, disponível em <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/themes> acesso em 21/12/2009.

Estudos sobre a distribuição de renda em Portugal apontam para uma melhora no quadro porém se em 1990, o país apresentava um Coeficiente de Gini relativo à desigualdade da distribuição de renda da ordem de 0,331. Quinze anos depois, em 2005 o mesmo coeficiente havia variado para 0,38, o que mostra pouca mudança na estrutura de distribuição de renda do país, a qual, de qualquer forma, se deu no sentido de uma piora da mesma⁹.

Adicionalmente, o ano de 2005 veria uma relação de desigualdade na distribuição de renda entre os 90% mais pobres e os 10% mais ricos da ordem de 11,9%, e entre os 80% mais ricos sobre os 20% mais pobres de 6,8%¹⁰ mostrando a concentração da renda no país.

TABELA 11: EVOLUÇÃO DO IDH DE PORTUGAL ENTRE 1977 E 2000.

	1975	1980	1985	1990	1995
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
IDH	0,737	0,760	0,787	0,819	0,880

⁹ O coeficiente de Gini é um “indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 1 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo)” segundo dados do INE, disponíveis no endereço http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001795&contexto=bd&selTab=tab2, acesso em 20/11/2010.

¹⁰ Segundo dados do INE disponíveis no endereço http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0001796&contexto=bd&selTab=tab2, acessado em 7/12/2010.

Fonte: Dados disponíveis em <http://hdr.undp.org/en/statistics/> acesso em 12/12/2010.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, na Tabela 11, observa-se um crescimento no valor absoluto do índice, porém, comparativamente, somente na década de 1990, Portugal perdeu quatro posições no ranking de países analisados e em 2005 ocupava a 27ª posição. Essa queda perante o aumento do índice obtido pode ser explicada por três fatores básicos: a) Aumento da expectativa de vida da população, b) o impacto de programas de educação em massa nos países subdesenvolvidos, o que reduz a diferença entre Portugal e o mundo subdesenvolvido, e c) a mudança no perfil de crescimento da economia portuguesa, o que também a aproximou dos países em desenvolvimento.

8 UMA INTERPRETAÇÃO

De 1976 a 1985, Portugal se preparou para entrar na CEE. Houve crescimento econômico, com queda de participação dos setores primários e aumento de participação do setor secundário.. Por fim, o setor terciário apresentou queda na sua participação do PIB, com aumento apenas dos serviços do comércio, hotéis e restaurantes dando início a um desenvolvimento do turismo no país. O consumo privado apresentou leve queda nos dez anos anteriores à adesão na CEE. No entanto, o consumo de automóveis de passeio aumentou entre 1976 e 1985 mostrando que os portugueses estavam ávidos para ter acesso aos importados da Europa e isso ficou patente no aumento de consumo e nas mudanças do comércio externo, as importações continuaram sua trajetória de superação das exportações e o saldo da Balança Comercial manteve-se em débito por todo o período. Com o crescimento da economia, novas empresas foram abertas, porém sem absorver da mão de obra disponível, levando a taxas de desemprego elevadas para os padrões dos futuros parceiros europeus.

De forma ampla, no período estudado (1986 - 2005), a economia portuguesa se reestruturou para atender às exigências impostas pelo processo de adesão que exigia o fim do modelo protecionista, com uma forte atuação do Estado na determinação e financiamento da economia. Assim, passou-se a um modelo aberto, com livre trânsito de empresas e capitais onde as antigas defesas aduaneiras e tarifárias foram substituídas pela livre circulação de mercadorias e a total submissão às exigências dos países europeus para que Portugal pudesse ser aceito como membro do MCE.

Algumas permanências, no entanto, podem ser destacadas. O poder econômico continuou centralizado nas mãos do pequeno grupo de famílias que mesmo fora do país por conta das perseguições no período pós-revolução, não perdeu o controle das atividades de suas antigas empresas no país. Durante o exílio, o grupo aproveitou para expandir suas áreas de atuação nas ex-colônias portuguesas como Brasil e Angola, conseguindo privilégios e favores dos governos locais. No final da década de 1980, retornaram a Portugal para tomar parte no processo de privatizações que lhes devolveu as antigas empresas, agora reestruturadas e mais aptas a lidar com o novo cenário globalizado e sem interferências do Estado.

A entrada de Portugal na CEE ocorreu cercada de expectativas externas e internas quanto à dinamização da economia portuguesa, estagnada desde a ditadura de Salazar. Uma continuidade política de dez anos em que o mesmo partido, e o mesmo primeiro-ministro, conseguiram se reeleger seguidamente mostram aprovação pela maioria da população, que desejava o acesso fácil às mercadorias da CEE e à renda gerada pela Comunidade.

As consequências vieram com piora na distribuição da renda, perda de postos de trabalho, um aumento das dívidas interna e externa, aumento do déficit das contas públicas, piora dos resultados da Balança Comercial e encolhimento do setor primário e secundário de produção. As repercussões políticas vieram nas eleições de outubro de 1995, e de janeiro de 1996, que deram a vitória ao Partido Socialista (PS).

O discurso da oposição vitoriosa era de crítica cerrada a uma posição de “ultraliberalismo” dos governos do PSD e se durante os dez primeiros anos da adesão portuguesa ao bloco europeu, o discurso liberal de entrada incondicional na CEE teve o aval do povo português, as eleições de 1995-1996 indicaram um desejo claro de que se buscava uma mudança de rumo. Se o PS faria isso, era outra questão e, como se viu, houve apenas continuidade, não interessava romper com o caminho escolhido.

Portugal optou por iniciar o segundo decênio de sua participação na Comunidade Econômica Europeia, tendo na direção política do país o Partido Socialista – PS que ficou à frente do governo por sete anos, quando foi novamente eleito o Partido Social Democrático – PSD. No período, o país não alterou sua postura de “aluno obediente” das determinações tomadas pelo bloco. Assim, os dez anos de 1996 a 2005 mostraram uma tendência à continuidade das medidas e resultados de 1986 a 1995. No final do segundo decênio de participação no bloco europeu, houveram dois mandatos do PSD. Eles não apresentaram resultados de grande destaque ou grandes mudanças no direcionamento político e econômico, já que apenas se continuou a seguir as orientações dadas pelas autoridades de Bruxelas.

Talvez a ação de maior impacto sobre a vida da população portuguesa durante este segundo decênio tenha sido a entrada em vigor da moeda única. Porém, o maior impacto sobre a própria União Europeia veio na não aceitação em 2004 de uma constituição única para todos os seus membros. Fato que esfriou os ânimos e levou a grandes debates sobre os rumos que a UE devia seguir.

Em termos macroeconômicos, a economia portuguesa passou a crescer à metade que havia crescido no primeiro decênio pós adesão. Os setores primário e secundário mantiveram suas trajetórias de queda na geração do produto e o país continuou a apresentar crescimento do setor terciário com destaque para atividades ligadas ao comércio, à área financeira, de imóveis, e serviços diversos, incluindo o turismo.

Um detalhamento de cada setor feito, permitiu perceber que para o setor primário, os efeitos sobre a oferta agregada foram a redução do uso da capacidade instalada, redução do nível de investimento no setor, aumento do déficit na balança comercial (redução da oferta doméstica de alimentos e aumento das importações). Os efeitos sobre a demanda agregada foram: redução do consumo e da rentabilidade marginal e absoluta do setor, com redução da arrecadação do governo. Isto ajuda a explicar em parte o aumento do déficit das contas públicas.

Ao se analisar o setor secundário, constatou-se uma redução na sua participação no PIB nacional, com destaque para a instalação de uma empresas europeias no país com efeitos sobre a oferta agregada de aumento do uso da capacidade instalada, aumento do nível de investimento em determinados setores e efeitos sobre a demanda agregada de redução da arrecadação do governo, em razão da redução dos rendimentos dos demais estabelecimentos industriais. O resultado observado foi o aumento progressivo do déficit do Balanço de Pagamentos português ao longo do período.

O estudo sobre a evolução do setor terciário permitiu observar o crescimento do setor bancário e financeiro, em geral. Também das construções, seja na expansão imobiliária, seja na de infraestrutura de transportes. Assim, do lado da oferta agregada, este setor obteve aumentos da capacidade instalada e do nível de investimento que levaram a um agravamento do déficit da Balança Comercial. A demanda por serviços teve o efeito de que o aumento das importações se elevasse, enquanto a produção interna desse setor não atingiu outros mercados. Pelo lado da demanda agregada, o consumo dos serviços aumentou e trouxe maior rentabilidade ao setor, com conseqüente aumento de arrecadação. Daí a compreensão da maior parte da população portuguesa de que a entrada do país na União Europeia seja um “bom negócio”. No entanto, sob a superfície do aumento do consumo e do volume de

investimentos, escondiam-se alguns problemas crônicos como endividamento crescente, ausência de investimento na formação bruta de capital fixo.

No setor de comércio externo, Portugal continuou a trajetória de déficit crescente da Balança Comercial, com a demanda interna sendo suprida pelo mercado externo. As exportações mantiveram-se em queda. O país trocou os seus mercados de atuação tradicionais e concentrou suas trocas com os demais países da UE, em especial com a vizinha Espanha, compondo um “bloco” ibérico.

No lado monetário, o fluxo de capitais entre Portugal e a União Europeia provou que Portugal favoreceu a liquidez do sistema monetário da União. As contas públicas continuaram a tendência de aumento das despesas em relação às receitas, provavelmente devido às despesas de capital, refletindo o endividamento público progressivo de Portugal e o aumento de saída de capital do país em direção à UE.

No âmbito social, embora tenha sido priorizado o tema “Trabalho e emprego” na segunda presidência portuguesa da UE, o país convergiu para os patamares de desemprego médios da UE, sem que houvesse aumento dos níveis de emprego. O período assistiu à queda na abertura de novas empresas e crescimento explosivo do fechamento de empreendimentos em atividade, ou seja, destruição da oferta interna. A renda per capita portuguesa continuou a crescer, mas de forma mais lenta que nos primeiros dez anos de participação no bloco europeu. O índice de pobreza aumentou; houve menos investimento público na área social; aumentou a concentração de renda; aumentou a desigualdade; e Portugal é o pior em distribuição de renda entre os países membros da União Europeia. A situação só não se agravou pois o crescimento vegetativo da população encontra-se estagnado e a População Economicamente Ativa está mantendo os mesmo patamar ao longo dos últimos dez anos estudados.

Entre 1996 e 2005 a economia portuguesa rumou em direção à estagnação. O PIB foi refreado, a formação bruta de capital fixo diminuiu, a indústria foi desmontada. A pesca sofreu um processo de eliminação, mas como o padrão de consumo não se alterou, os portugueses não sentiram muitas alterações no seu dia-a-dia. O aumento do desemprego – resultado também da transferência de postos de trabalho para a UE – não foi percebido. Assim como a consolidação de uma concentração de renda maior do que no decênio anterior e um aumento do índice de pobreza ficaram ignorados. O aumento de renda média – somado à manutenção dos padrões de consumo via importações (afetando a balança comercial) – parece ter anestesiado a consciencia dos portugueses para a lenta mas consistente deterioração

estrutural da economia do país. Ele perdeu dinamismo e se tornou totalmente dependente da União Europeia.

Os vinte anos de participação portuguesa no bloco econômico europeu levaram a uma queda no seu crescimento econômico, com taxa de crescimento real inferior à média dos demais países do bloco no período. A estrutura produtiva foi desmontada, com diminuição dos setores primário e secundário, em contraponto ao crescimento do setor de serviços em geral. Os antigos olivais deram lugar a campos de golfe e *resorts* para lazer dos turistas vindos, na sua maioria, dos demais países do bloco, e as cooperativas de produção formadas na Revolução dos Cravos, praticamente não existem mais.

Assim, pode-se sintetizar que, no período estudado da adesão ao Mercado Comum Europeu, a economia portuguesa não apresentou sinais de crescimento ou desenvolvimento. Como esperado, o país passou a ocupar o lugar determinado pelas potências do bloco de mero coadjuvante com a função básica de mercado consumidor para os produtos destas mesmas potências e eliminação de todas as possibilidades de concorrência dos poucos produtos portugueses de algum potencial de competitividade pré-adesão.

Portugal precisava da CEE para “pertencer” à Europa e o lugar que lhe foi destinado foi de um pequeno mercado consumidor. Interessava à CEE apenas do lado de sua demanda, não de sua oferta. Para tanto, o aumento do consumo interno via importações (i) forçou as autoridades econômicas portuguesas a manter a estabilidade monetária interna no ritmo do restante da comunidade, à custa da destruição da capacidade de investimento público e fomento da demanda efetiva e (ii) gerou a expectativa de redução no estoque de mercadorias a serem produzidas para o futuro, causando o círculo vicioso investimento-produto, estudado anteriormente. Em termos macroeconômicos, houve aumento de consumo, queda de investimentos, os gastos do governo aumentaram perante um aumento da arrecadação, as exportações diminuíram e as importações aumentaram. O conjunto mostra e explica a tendência de queda de crescimento do produto português e a consequente diminuição da economia do país.

Em suma, a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia se deu em função de um processo iniciado no final da década de 1960. Essa foi uma opção das autoridades do país com o apoio maciço da população e, após vinte anos, pode-se afirmar o sucesso de tal processo. O país se encontra plenamente incorporado à economia do bloco e não se pode pensar numa economia portuguesa independente dele.

As consequências daquela opção seriam melhor percebidas nos anos posteriores. A crise financeira internacional iniciada em 2008 abalaria o país de tal forma que, no final de

2010, haveria dificuldade em encontrar alguns produtos alimentícios básicos, como açúcar¹¹, em supermercados de algumas regiões, no final de 2011 haveria falta de gás para aquecimento das casas, cerca de 50% das escolas públicas foram fechadas e o país enfrenta uma crise sem sinais visíveis de solução imediata¹².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Margarida. Segundo ABREU, Margarida. *As crises Cambiais do Escudo entre 1992 e 1995*. Lisboa: ISEG, 1998. Disponível em [HTTP://repository.url.pt/bitstream/10400.5/567/1/ma-artigo-1998.pdf](http://repository.url.pt/bitstream/10400.5/567/1/ma-artigo-1998.pdf) acesso em 20/03/2010.
- ABREU, Marta. “Da adesão à Comunidade Europeia à participação na União Económica e Monetária: a experiência portuguesa de desinflação no período 1984 a 1998” IN *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Abril 2001. Disponível em: <http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004-1.pdf> acesso em 15/11/2009.
- ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de. *Portugal e a Europa: ideias, factos e desafios*. Lisboa:Edições Sílabo, 2005
- CARDOSO, Fátima e ESTEVES, Paulo Soares. “Globalização, alterações estruturais das exportações e termos de troca em Portugal” IN *Boletim Económico do Banco de Portugal*. Março de 2008. Disponível em <http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2008-3.pdf>
- CERQUEIRA, Pedro André. *Assimetria de choques entre Portugal e a União Europeia*. Dissertação de mestrado de 11/04/2000 na Universidade de Coimbra.
- COSTA, Jorge. *et alli. Os donos de Portugal – cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto:Afrontamento, 2010.
- FREITAS, Miguel Lebre. *A convergência de Portugal na União Europeia*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002
- LAINS, Pedro e FERREIRA SILVA, Álvaro (orgs.). *História Económica de Portugal. O século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2005.
- LOPES, José da Silva. *A economia portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1995
- LOPES, Emídio. Estudo das determinantes do investimento do sector produtivo e em habitação. IN: *Relatório de Prospectiva e Planeamento*, N. 3/4, Lisboa: Banco de Portugal, 1997. Disponível em www.dpp.pt/pages/files/inv_sect_produtivo.pdf acesso em 22/03/2010.
- MARTINS DA SILVA, António. *História da Unificação Europeia – a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- MATEUS, Abel. *Economia Portuguesa*. 3ª. Ed. Lisboa: Verbo, 2006
- MATEUS, Augusto. A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios. IN: *Análise social*, vol.XXVII, 1992, pp.655-671. Disponível em analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223054629Q6yOU5pa6Gx45OK0.pdf. Acesso em 10/10/2009.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal – O Estado Novo*.Vol. XIII, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.
- MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – Portugal depois da guerra: Estado Velho, mundo novo*.Vol. XIV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.
- MATTOSO, José (org.) *História de Portugal – Portugal em transe*.Vol. XV, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2008.

¹¹ Segundo notícias disponíveis em http://economia.publico.pt/Noticia/hipermercados-rationam-venda-de-acucar_1470332, acesso em 14/12/2010.

¹² Dados informados pelo Banco de Portugal no endereço <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx> acesso em 26/12/2010.

- MENDES, Manuel Vieira. *A reforma da administração pública em Portugal*. Disponível no endereço http://www.stfpn.pt/arquivo/seminario7Maio/Texto_integral_Eng_VieiraMendes.pdf, acesso em 05/01/2010.
- MONTEIRO, Luís. *Os últimos 200 anos de nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Bnomics, 2010.
- PALMEIRA, José. *A geopolítica de Portugal e a União Europeia*. IN: *O Minho, a Terra e o Homem*. N. 37.- 2002, pp.130-132
- PINTO, António Mendonça. *O desafio europeu e a economia portuguesa, uma discussão necessária*. Lisboa: Verbo, 2000.
- RAMOS, Rui *et alli*. *História de Portugal*. 3a.ed. Lisboa:esfera dos livros, 2010.
- ROCHA, Edgar. Crescimento Económico em Portugal nos anos 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho IN: *Revista Análise Social*. Vol.XX, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1984. Disponível em <HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos> acesso em 14/03/2010.
- RODRIGUES, Carlos Farinha. *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina, 2008
- RODRIGUES, Carlos Farinha *et al*. *Integration and Inequality: lessons from the accessions of Portugal and Spain to the EU*. Disponível <http://siteresources.worldbank.org/ECAEXT/Resources/publications/Making-Transition-Work-for-Everyone/paper1.pdf> acesso em 31/12/2009
- ROLLO, Maria Fernanda. *Portugal, a Europa e o Mundo*. Lisboa: Assembleia da República, 2006.
- ROMÃO, Antonio. A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia IN: *Revista Análise Social*. Vol.XVIII, Lisboa: Universidade de Lisboa, 1982. Disponível em <HTTP://analisesocial.ics.ul.pt/documentos> acesso em 14/03/2010.
- _____. *A Economia Portuguesa - 20 Anos Após a Adesão*. Coimbra: Almedina, 2006.
- SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.
- SOUSA, Fernando de. Portugal e a União Europeia. IN: *Revista Brasileira de Política Internacional vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200009&script=sci_arttext, acesso em 12/12/2009.
- TAMAMES, Ramon. *Integracion economica y los paises de menor desarrollo relativo : la experiencia de Austria y Portugal en la efa*. Buenos Aires : Intal: Bid, 1972
- TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal – do 25 de abril à actualidade*. V.2.Lisboa: Editorial Presença, 2008.
- TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2001.
- WEBER, Thilo. *Portugal – Economic Development after its Entry into the European Union in 1986*. Alemanha: Deutsche Aubenhandels: 2002.